

DISCURSO DE ENCERRAMENTO

37º Congresso Nacional do PSD, 18 de fevereiro de 2018

Senhor Presidente do Congresso, companheiro Paulo Mota Pinto, permita-me que o cumprimente e que, na sua pessoa, saúde todos os militantes hoje eleitos para os novos órgãos nacionais.

Como Presidente do PSD, quero também aqui deixar uma palavra de agradecimento a todos os que hoje cessam funções nestes mesmos órgãos. Permitam-me que, hoje, destaque, em especial o nosso Secretário-geral, José Manuel Matos Rosa, pelos relevantes serviços que prestou ao Partido Social Democrata.

O Matos Rosa é um exemplo de dedicação, de empenho e de militância, que todos devemos distinguir e relevar.

Meu caro Matos Rosa, muito obrigado por tudo o que fez e, seguramente, continuará a fazer pelo PSD.

Um cumprimento para os antigos líderes do PSD, aqui presentes, o Dr. Rui Machete, o Dr. Pedro Santana Lopes e o nosso militante nº1, Dr. Francisco Pinto Balsemão, um dos três fundadores, ou melhor ainda, um dos três criadores do PSD.

Saúdo também todos os convidados que nos honram com a sua presença:

Os representantes do Senhor Presidente da República, que cumprimento respeitosamente, aproveitando para aqui declarar a nossa firme vontade de levar a cabo uma cooperação institucional séria e leal em prol do interesse do nosso País.

Senhor Dr. Fernando Medina, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cidade que acolheu a realização deste trigésimo sétimo Congresso, que agora termina.

É do conhecimento de todos o apreço especial que tenho pelos autarcas deste país, a quem reconheço um papel determinante para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Foi com muito orgulho que desempenhei as funções de Presidente da Câmara Municipal do Porto durante 12 anos.

Aproveito para também cumprimentar os Presidentes da Associação Nacional de Municípios e da Associação Nacional de Freguesias aqui presentes.

Saúdo os representantes dos partidos políticos aqui presentes, o Partido Socialista, o CDS, o PCP, o PAN, o Partido Ecologista “Os Verdes”, o PPM e o MPT.

Dirijo um cumprimento especial à Dra. Assunção Cristas, Presidente do CDS-PP, que muito nos honra com a sua presença neste Congresso e com quem tive a honra de trabalhar enquanto Presidente da Câmara Municipal do Porto. Muito obrigado pela sua presença.

Como tenho vindo a dizer, e tive oportunidade de o referir expressamente na abertura deste congresso, tenho como muito relevante, senão mesmo como decisivo para o futuro de Portugal, o diálogo entre partidos.

Destaco, em especial, os entendimentos em matérias de soberania; a política externa, as Forças Armadas ou a política europeia. Mas há também reformas importantes que o País já devia ter feito e que apenas conseguirá levar a cabo, se todos fizermos um esforço nesse sentido.

Do ponto de vista eleitoral é salutar evidenciar e explicar as nossas diferenças, mas quando as levamos para lá da própria realidade e, dessa forma, nos fechamos completamente, só estamos a prejudicar o interesse nacional.

É minha convicção, que o povo entende isso bem melhor do que o que nós possamos pensar. A atestar esta minha ideia, estará, provavelmente, entre outros aspetos, o crescente afastamento entre os partidos e os cidadãos, que todos temos vindo a sentir.

Não é preciso inventar diferenças. As que existem já são suficientemente marcantes para todos nos distinguirmos.

Cumprimento, também, os parceiros sociais e outras associações aqui presentes. Não é só o diálogo entre partidos políticos que, para nós, se afigura essencial para um desenvolvimento harmonioso de Portugal, também o diálogo social é absolutamente vital para esse mesmo objetivo.

Um partido de matriz social-democrata é um partido que precisa do diálogo social para poder caminhar, porque ele está na génese da sua própria existência.

Com respeito mútuo e com o sentido do interesse coletivo, que é o primeiro dos interesses a proteger, o diálogo entre parceiros sociais é um dos caminhos que uma sociedade democrática e pluralista está obrigada a trilhar.

Muito obrigado a todos pela vossa presença, não deixando de registar com agrado, aqueles que nos deram a honra de se fazerem representar ao seu mais alto nível.

Um cumprimento especial aos Senhores Embaixadores e demais representantes diplomáticos de países amigos aqui presentes. Nos diversos períodos da sua história, Portugal foi grande quando olhou o mundo e reduziu-se quando se fechou sobre si mesmo. Pelo facto de termos sido dos primeiros globalizadores da história da humanidade, somos um povo com presença nos quatro cantos do mundo e uma particular facilidade de relacionamento internacional.

É esse relacionamento que temos de continuar e de fomentar.

Finalmente, agradeço aos Funcionários do PSD e em especial à equipa que produziu e organizou o 37º Congresso do nosso partido.

Caras e Caros Congressistas

Companheiras e companheiros, minhas Senhoras e meus Senhores

“O Homem é a nossa medida, nossa regra absoluta, nosso início e nossa meta”, esta frase de Francisco Sá Carneiro resume aquilo que deve ser a política.

Adapta-se ao PSD, como se pode adaptar a qualquer outro partido em qualquer parte do mundo, porque quando assim não é, a política perde sentido e utilidade.

Permanecem depois as diferenças filosóficas, culturais e ideológicas de cada um, que formam as convicções que nos guiam e que nos moldam a atuação. Mas a atividade política só é nobre e só faz sentido se assim for.

Por isso, os objetivos de natureza social são a meta que nos tem de orientar. Governar para as pessoas, procurando contribuir para que elas possam mais facilmente construir a sua felicidade, é a razão de ser da atividade política. Quando assim não é, ela perde sentido e torna-se num elemento contrário á razão da sua própria existência.

Só que governar para as pessoas, não é apenas distribuir simpatias e conceder-lhes cada vez mais direitos. Quantas vezes governar para as pessoas não passa por definir primeiro as obrigações que permitem a constituição dos direitos que pretendemos conquistar?

Com toda a sua experiência e sabedoria, um dos maiores vultos europeus do século XX, Helmut Schmidt, insistiu nesta ideia, vezes sem conta, com a sua preocupação de garantir a sustentabilidade do modelo de sociedade que construímos e que queremos manter e desenvolver.

Dizia ele, no início deste novo século, “Precisamos de uma moral pública: sem obrigações, os nossos direitos não conseguirão perdurar no tempo”.

É, pois, com estas duas ideias em mente que temos de governar Portugal: Ter as pessoas como o centro e a razão da nossa ação, conscientes de que a todos nos cabem as obrigações que nos asseguram os direitos que queremos manter e reforçar.

A par de uma luta estruturada contra a pobreza, um partido social-democrata, tem na classe média o principal foco da sua ação. Quanto maior e mais robusta ela for, menos pobreza teremos e melhor viverá a maioria dos portugueses.

O programa de ajustamento, que Portugal foi obrigado a cumprir, afetou particularmente a nossa classe média, tendo colocado na sua franja inferior muitos portugueses que, sem responsabilidade direta, se viram a braços com dificuldades que antes nunca tinham conhecido.

A nossa aposta tem de ser a de conseguirmos de forma segura e sustentada reforçar a qualidade e o nível de vida desses portugueses.

O mesmo Helmut Schmidt dizia-nos, também, que se queremos chegar longe, temos de ser capazes de dar pequenos passos. O reforço do nosso nível de vida tem de ser feito com a sabedoria, a prudência e o respeito que as pessoas nos merecem.

Temos de ser ambiciosos e criar cada vez mais riqueza, mas temos, também, de ter a grandeza de só distribuir o que sabemos que é verdadeiramente sustentável - caso contrário, estaremos a enganar as pessoas e a repetir os graves erros do passado.

Minhas Senhoras e meus senhores

No capítulo social, a par das múltiplas questões que se levantam, há dois temas que temos de eleger como altamente prioritários e que decorrem diretamente da evolução demográfica: a questão da fraca natalidade e o apoio à terceira idade.

Há 50 anos nasciam mais de 200.000 crianças por ano em Portugal, hoje nascem pouco mais de 80.000. Se não adotarmos medidas urgentes e eficazes, estaremos a legar um pesado fardo para as gerações mais novas.

Não temos o direito de fechar os olhos a esta realidade, porque aqueles que, no futuro, se irão confrontar com este grave problema, dependem do nosso sentido da responsabilidade.

Temos de identificar e sistematizar as principais razões pelas quais os casais têm poucos filhos e consensualizar um conjunto de medidas drásticas e duradouras no tempo, de molde a se produzir o choque cultural que temos de conseguir.

Ligada a esta questão não pode deixar de estar o combate à desertificação do interior, onde o problema da natalidade assume uma dimensão ainda mais grave.

Temos aqui uma oportunidade de fazer aquilo que uma governação consistente deve sempre procurar: uma articulação abrangente das medidas a tomar, de molde a que elas consigam atingir um leque o mais alargado possível de problemas.

O Portugal do futuro será, em larga medida, aquilo que nós hoje formos - ou não - capazes de fazer.

A mesma questão demográfica que tem degradado de forma grave a relação entre ativos e inativos na sociedade portuguesa, coloca-nos também o problema do apoio à terceira idade.

Se o aumento da longevidade é um aspeto positivo da nossa sociedade, temos de ser capazes de lhe dar uma resposta social adequada.

Em primeiro lugar, uma resposta que perceba esta evolução cultural e que crie soluções capazes de combater a solidão e promover um envelhecimento ativo e saudável,

Hoje, quando terminam a sua vida profissional, as pessoas estão ainda plenamente capazes de poder continuar a construir a sua felicidade e de se sentirem úteis à sociedade.

Por isso, o seu conhecimento e o seu saber não são dispensáveis. Tudo deve ser feito para facilitar a contribuição de todos para o trabalho da comunidade.

Em segundo lugar, a intensificação da construção de respostas capazes e de qualidade para o momento em que a pessoa perde a sua autonomia e a família não tem condições de, sozinha, tratar dignamente os seus mais velhos.

Sei bem que estamos, hoje, bem melhor do que há uma década atrás. Mas, infelizmente, essa melhoria é ainda muito escassa. Precisamos de caminhar para respostas mais humanas, que valorizem a proximidade; isto é, a integração na família e na comunidade.

Temos, por um lado, consciência da referida evolução demográfica que distorce a pirâmide etária e, por outro, do ritmo crescentemente competitivo da nossa sociedade que nos exige cada vez mais tempo de dedicação profissional e nos liberta menos tempo para a família.

Estes dois fatores conjugados impõem-nos um olhar prioritário para as condições em que vamos dar o devido apoio aos que têm mais idade.

O mesmo acontece com a Segurança Social. A evolução demográfica obriga-nos a um olhar atento sobre a sua sustentabilidade futura.

No espaço de uma geração teremos, para cada idoso, apenas um trabalhador e meio no ativo, e teremos três idosos para cada jovem. Esta realidade vai exercer uma grande pressão sobre a Segurança Social.

O valor da dívida implícita do nosso sistema de pensões atinge valores muito altos em termos de percentagem do PIB. Este indicador mostra desequilíbrios financeiros futuros, mas, sobretudo, alerta-nos para o problema da sustentabilidade social.

Estamos melhor do que no período da crise, mas não podemos ignorar que as tendências demográficas são estruturais e vieram para ficar. O problema não é conjuntural, e, por isso, é fundamental que não se perca de vista o médio e longo prazo, de modo a garantir a equidade e solidariedade intergeracional.

As receitas provenientes da TSU – cujas taxas são altíssimas e pouco ajudam à criação de emprego – não são suficientes para financiar todas as despesas.

30% da despesa pública com pensões tem origem no Orçamento do Estado, o que significa que já temos outras fontes de receita; só que fontes sem qualquer lógica intrínseca, que não seja a transferência pura e dura que a realidade nos exige.

É imprescindível pensar globalmente o sistema, as suas prioridades e os efeitos que se pretendem sobre a economia. Mas esta reflexão tem, também, de ser guiada pela dimensão humana e pelos princípios do Estado Social que temos de defender.

Temos de atuar enquanto é tempo, porque se deixarmos a questão para depois, depois a questão será bem mais difícil de resolver.

É um imperativo moral e ético das gerações atuais saberem honrar o compromisso inter-geracional que está na base do contrato social que une todas as gerações.

Impõe-se, por isso, uma reforma que confira justiça, racionalidade económica e sustentabilidade à nossa Segurança Social.

É este o desafio que o PSD faz ao Governo, aos demais partidos e aos parceiros sociais.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Se há área, onde, manifestamente, a atual solução governativa não tem tido capacidade para dar uma resposta capaz aos anseios das populações, essa é seguramente a área da saúde.

Todos os dias conhecemos notícias de respostas deficientes ao nível do nosso Serviço Nacional de Saúde que, sendo algo de que todos nos orgulhamos, tem sofrido uma preocupante degradação nos últimos dois anos.

Urgências caóticas, serviços de internamento permanentemente sobrelotados, falta de recursos humanos, desertificação de médicos no interior do país, défice de investimento, deficiente manutenção dos equipamentos, atrasos no serviço de emergência médica e cativações cegas, são exemplos claros da deterioração a que o atual Governo tem conduzido o SNS.

Não podemos aceitar um empobrecimento como este a que temos vindo a assistir. Temos o direito e o dever de exigir do Governo medidas que voltem a dar ao SNS a eficácia e a capacidade de resposta a que ele sempre nos habituou.

Temos de ter um serviço público de saúde de qualidade, porque ele tem de ser parte integrante do Estado Social que fomos capazes de construir e que queremos manter e melhorar.

Para isso, tem de haver investimento no apetrechamento humano, nos equipamentos e na sensibilização da população em termos de cuidados de saúde.

Têm de começar a ser criadas condições para que - quando possível - os doentes possam ser tratados no conforto do seu domicílio, com a valorização dos cuidadores informais e a implementação de cuidados hospitalares domiciliários - porque tal é, não só do interesse do doente e da sua família, como do próprio hospital.

Também não podemos ignorar a necessidade de reforço da capacidade de resposta da rede nacional de cuidados integrados e da rede de cuidados paliativos, para, a todos, conferirmos dignidade na doença e no fim da sua vida.

Muitos outros aspetos se poderiam enumerar, no sentido de rendibilizar a capacidade instalada e aumentar a produtividade global do sistema.

Aquilo que, no fundo, do ponto de vista político, está verdadeiramente em causa, é o nosso dever de garantir um SNS sustentável e moderno, que assegure a prestação dos melhores cuidados de saúde a todos os portugueses.

Acreditamos que com um serviço público de qualidade pode coabitar um serviço privado, desde que competentemente regulado e fiscalizado. O lucro no setor da saúde não pode ser visto como algo de ilegítimo, desde que seja atingido com base na eficácia da sua gestão e na seriedade das suas respostas às necessidades médicas de cada um.

No setor da Educação a governação atual também não é motivo para Portugal se orgulhar. O que, na prática, se tem andado a fazer é a reverter alguns avanços significativos que o País já tinha conseguido.

Nos últimos 15 anos, os estudantes portugueses conseguiram melhorar os resultados nos testes internacionais em todos os domínios, retirando Portugal da posição de país do terceiro-mundo.

O abandono escolar precoce baixou de 45 para 13,7%, redução que não tem equivalente em mais nenhum país europeu. A escolarização média da população aproximou-se dos 9 anos e a rede escolar foi organizada e qualificada de maneira a proporcionar melhores aprendizagens.

Perante este progresso evidente, seria de esperar que se tentasse melhorar o que já estava a dar bons resultados. Infelizmente, a realidade é outra.

Reverte-se, subverte-se e lança-se a instabilidade nas escolas, só porque se teima que tudo tem de mudar - mudar sem diagnóstico rigoroso, sem avaliação do que foi feito e sem compromisso com as principais forças políticas e sociais.

Alteram-se as regras com o ano letivo a decorrer. Legisla-se em julho e agosto para aplicar em setembro. Acaba-se com os exames no final de ciclo, substituindo-os por provas cujos resultados para nada servem. Fazem-se alterações no curriculum escolar à medida de interesses corporativos sem legitimidade democrática, e sem qualquer processo de reflexão ou discussão alargada.

O que estamos a assistir na educação é a um regresso ao passado, um regresso aos tempos do eduquês. Fazem-nos recuar aos finais do século passado, às mesmas ideias, às mesmas práticas, à mesma desorganização. Regressámos ao experimentalismo pedagógico, sem controlo, nem avaliação.

Por isso, não surpreende que os testes internos apresentem piores resultados, que a confusão impere entre alunos, professores e encarregados de educação e que a passageira paz social no sector esteja cada vez mais ameaçada.

Temos de ser capazes de fazer diferente.

Precisamos de melhorar as escolas e as condições de ensino e aprendizagem para que todos tenham direito ao sucesso educativo e a oportunidades de ascensão social.

Precisamos de dignificar o papel dos professores através de uma formação inicial mais exigente e de uma profissionalização mais rigorosa. Os professores são profissionais do conhecimento e não animadores de salas de aula.

Precisamos de uma política para a infância que ajude a inverter a evolução da natalidade e promova a igualdade de oportunidades.

Precisamos de alargar o acesso ao ensino superior e, fundamentalmente, reorganizar a rede de cursos em função das opções de desenvolvimento estratégico do país e das suas regiões.

Precisamos de lançar os pilares seguros de uma sociedade do conhecimento e da inovação que nos permitam colocar Portugal entre os melhores.

Só assim, poderemos aspirar a uma economia mais competitiva, capaz de pagar melhores salários e dar melhores condições de vida a todos os portugueses.

Não apostar nesta vertente, é condenar o País à cauda da Europa e condicionar a nossa competitividade a um modelo de mão-de-obra barata.

O motor do crescimento económico, fator absolutamente decisivo para o futuro de Portugal, não pode assentar no consumo - nem público nem privado. Esse foi o erro que nos conduziu à recente desgraça financeira.

O motor do nosso crescimento têm de ser as exportações e o investimento. Exportações de produtos de maior valor acrescentado e investimento produtivo em setores de elevada tecnologia. O aumento do consumo privado é o objetivo pretendido, ou seja, deve ser a consequência do crescimento e não o seu principal motor.

Temos, por isso, de continuar a insistir na ligação das empresas às universidades, como forma de aumentar o nosso investimento na investigação com incidência direta na produção.

Deixar a investigação fechada entre as paredes académicas, em vez de a orientar para as necessidades reais da nossa economia, significa degradar a relação custo-benefício dessa mesma investigação e dela não tirar o devido proveito para a melhoria das condições de vida dos portugueses.

A necessidade de nos abirmos ao mundo para conseguirmos uma maior captação de capital produtivo e mais mercados de exportação, encontra também um terreno favorável na nossa própria história e na nossa própria cultura.

Portugal foi grande quando olhou o mundo e pequeno quando se isolou. Grande, sempre que se abriu e sempre que alargou a sua diáspora. Pequeno quando seguiu a política do "orgulhosamente só".

Há 32 anos demos um passo decisivo na nossa história com a plena integração na Europa comunitária. Mas há rigorosamente 600 anos demos um passo ainda maior com a primeira descoberta que fizemos; a da ilha de Porto Santo em 1418.

Somos, por isso, um país europeu de vocação atlântica. Um país onde nasceu a língua mais falada no hemisfério sul e uma das mais faladas no mundo.

Temos um conjunto de ativos que podem fazer a diferença e que constituem uma oportunidade para podermos levar Portugal aos mais altos patamares de desenvolvimento.

A União Europeia, as ligações privilegiadas ao atlântico, a língua portuguesa e a nossa diáspora espalhada pelo mundo, têm de ser aproveitadas cultural e economicamente. São uma porta aberta para conseguirmos captar investimento e aumentar as nossas exportações - os dois elementos estratégicos para o nosso crescimento económico.

Para isso, temos de ter políticas públicas promotoras do investimento. Quem exporta e quem investe são as empresas, mas as suas decisões estão diretamente ligadas às condições em que o conseguem fazer; e essas condições são determinadas pelas políticas que os governos conduzem.

O atual Governo não tem condições para levar a cabo políticas públicas capazes de induzir o crescimento económico.

O atual Governo - ao estar amarrado aos seus compromissos com a esquerda adversária da iniciativa privada, aliada do aumento da despesa e do endividamento público, avessa a uma política promotora da poupança, crítica da União Europeia, inimiga da moeda única e contrária à nossa presença na NATO - é um Governo incapaz de conseguir governar tendo o futuro como prioridade nacional.

O fraco crescimento económico que Portugal tem conseguido - e que, mesmo assim, já está a definir - é filho da conjuntura internacional favorável e não de qualquer semente que, para o efeito, tenha sido lançada por esta solução governativa do Partido Socialista.

Uma conjuntura onde sobressai uma excessiva dependência do setor do Turismo, que sendo um setor historicamente crucial para Portugal, tem as suas limitações em matéria de salários, de valor acrescentado e de algumas vulnerabilidades.

Impõe-se, por isso, não matar a galinha dos ovos de ouro, mas, ao mesmo tempo, construir um modelo económico capaz de sustentar um crescimento seguro e menos vulnerável às flutuações cíclicas da economia.

Portugal tem de ter metas ambiciosas. Não pode ir atrás de utopias ou do irrealizável, mas tem de colocar no seu horizonte objetivos coincidentes com a grandeza da sua história.

Não nos podemos conformar com um rendimento per capita que corresponde apenas a 77% da média europeia, quando ainda recentemente se situava bem acima desse valor.

Temos de ser capazes de atingir os 101%, que é o mesmo que dizer que chegamos à metade mais rica, ou que estamos capazes de proporcionar aos portugueses um nível de vida idêntico à média da União Europeia.

Este horizonte é um horizonte que o atual Governo não está em condições de poder ambicionar. Para o conseguir, Portugal tem de crescer sustentadamente acima da média europeia e, para isso, tem de ter políticas promotoras do investimento, da poupança e do emprego de qualidade - justamente aquilo que mais choca com a ideologia dos seus aliados parlamentares e com a de alguns jovens turcos com grande predominância no atual Partido Socialista.

Mas é bom que fique aqui bem claro. Atingir a média comunitária pode significar muito pouco se nós insistirmos em ter um país irracionalmente concentrado e centralizado, tal como o que temos vindo a construir ao longo dos tempos. Essa média, como todas as médias, pode apenas significar que alguns vivem melhor, enquanto outros podem estar cada vez mais atrasados e mais distantes do desenvolvimento.

Se continuarmos assim, se continuarmos a acentuar as assimetrias sociais e territoriais de que padecemos, estar-nos-emos a afastar de uma verdadeira democracia que, a todos, deve garantir justiça e igualdade de oportunidades.

Se o rendimento continuar distribuído social e territorialmente da forma desigual como tem sido, de pouco valerá atingirmos os 101% da média europeia, porque isso até poderá significar que as desigualdades ainda se agravaram mais do que as que já hoje existem.

Temos de olhar para as franjas mais abandonadas do território, designadamente as do interior. Temos de perceber que estamos no caminho errado e trocar a visão paroquial - que só vê e só releva o que está ao alcance dos seus olhos - pela dimensão nacional que uma visão de Estado nos impõe.

Portugal tem de ser todo o seu território, sem exceção!

Os países mais atrasados são aqueles que tudo concentram e tudo centralizam. Os países desenvolvidos são os que mais descentralizam e menos concentram. Esta é uma realidade que, tradicionalmente, os governantes portugueses têm muita dificuldade em entender.

Será que os institutos públicos têm de ter todos a sua sede na capital, mesmo que sejam ligados à agricultura, às pescas ou à floresta?

Não haverá nada que outros pontos de Portugal possam acolher, para, dessa forma, aliviarmos a pressão sobre a Área Metropolitana de Lisboa - que degrada a sua qualidade de vida e condiciona o desenvolvimento de outras cidades do nosso país, por escassez de massa crítica?

Será que o Tribunal Constitucional ou a Provedoria de Justiça não poderiam estar localizados, por exemplo, em Coimbra?

Tudo isto tem de ser diferente. Não pode ser mudado, obviamente, de um dia para o outro, mas tem de se inserir numa estratégia de médio e longo prazo, consistente, coerente e convicta.

Uma estratégia enquadrada numa Reforma do Estado, capaz de também garantir um país mais equilibrado territorialmente e com uma melhor e mais rigorosa gestão da despesa pública.

Quanto mais proximidade na gestão, maior é a capacidade e a competência para se gerir a despesa pública com rigor e com eficácia. Quanto mais longe do problema o decisor estiver, maior será o desperdício e muitas mais serão as decisões mal tomadas por ignorância e desconhecimento da realidade.

Quem trouxe a dívida pública portuguesa para os patamares da irresponsabilidade foi a administração central. Dos perto de 130% do PIB que ela ainda representa, a administração local é apenas responsável por cerca de 2,5%; tudo o resto foi uma administração central despesista e, muitas vezes, descontrolada, que, ainda hoje, continua a aumentar a sua dívida todos os anos, sem exceção.

Se for para continuarmos como até aqui, para gastarmos muito e mal, será aconselhável nada mudar. Se quisermos os dinheiros do Estado melhor geridos e mais controlados, teremos de mudar de vida.

Teremos de encontrar soluções que nos garantam mais eficácia, mais controlo financeiro, regras mais apertadas e maior aproximação do decisor ao problema.

É este debate sério, sem tabus, com racionalidade e com base em estudos idóneos que está por ser feito em Portugal.

É justamente este debate alargado que o PSD propõe que o País faça em nome do seu próprio futuro.

Se olharmos para as funções de soberania - aquelas que apenas e só ao Estado central podem ser cometidas - facilmente concluímos o fraco desempenho que se tem alcançado.

O Estado central faz mal aquilo que outros podiam fazer melhor e, por assim ser, não se dedica com a sua plena dedicação e capacidade aquilo que só ele pode conseguir.

A Defesa Nacional, a Segurança ou a Justiça, são claramente áreas onde Portugal tem vindo a acumular deficiências, por força de um Estado que não tem estado à altura das necessidades do País.

Compete ao poder central garantir a qualidade que não temos tido nestes setores vitais da nossa sociedade. Precisamos de “arrumar a casa”, para conseguirmos elevar o grau de competência na resolução dos problemas nacionais, ao nível das suas diferentes escalas.

Se, com a Justiça, o descontentamento dos portugueses é por demais evidente há muito tempo, também a Segurança vai mostrando fragilidades, como, muito recentemente, os fogos florestais deixaram bem patente perante todos nós.

Precisamos de um Estado forte e organizado que liberte e proteja os cidadãos.

O Estado não é forte quando se mete em tudo e - por tudo e por nada - impõe regras e burocracia aos cidadãos. O Estado é forte quando liberta, o mais possível, o cidadão do seu jugo, e quando, o mais possível, o defende e protege.

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores

Como aqui deixei expresso neste Congresso, seja no discurso de abertura ou neste, de encerramento, Portugal tem um conjunto de estrangulamentos ao seu desenvolvimento que urge ultrapassar.

Uns, resolvem-se facilmente com a mudança de solução governativa.

Sem espartilhos ideológicos e sem submissão a clientelas corporativas, o País conhecerá de imediato uma nova dinâmica e um novo horizonte, em termos de preparação do seu futuro.

Outros estrangulamentos, não são passíveis de serem resolvidos sem a colaboração de todos, porque são questões de ordem estrutural que só com entendimentos alargados, o País conseguirá ultrapassar.

Para a resolução desses, devemos estar todos disponíveis em nome do interesse nacional.

Os partidos existem para servir o País e, nessa medida, o PSD estará sempre disponível para o cumprir.

Se não houver coragem de enfrentar os mais pesados problemas de Portugal, não será nunca por falta de empenho, dedicação e abertura ao diálogo por parte do Partido Social Democrata.

Estamos totalmente disponíveis para servir Portugal.

Queremos ganhar as próximas eleições e liderar um Governo capaz de substituir uma solução governativa, ancorada em contradições estruturalmente insuperáveis.

Uma governação que navega ao sabor da conjuntura e que não cuida de preparar o futuro como ele tem de ser preparado.

É, para isso, que, a partir de amanhã, iremos começar a trabalhar. A trabalhar numa alternativa social-democrata, que volte a trazer, aos portugueses, esperança e confiança.

Que nos traga aquilo que necessitamos para que todos possam ter condições de poder construir mais facilmente a sua felicidade.

Afinal, no fim e no princípio de tudo, é a procura da felicidade que, sem exceção, a todos nos move.

Viva o PSD!

Viva Portugal!

Rui Rio

2018/2/18